



**ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Ref.:** DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº001/2022

**Destino:** GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE PASSA E FICA/RN.

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS.

**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. ARTIGO 24, II DA LEI Nº 8.666/93. ASPECTOS FORMAIS E LEGAIS. APROVAÇÃO.

**I - INTRODUÇÃO**

Trata-se do presente processo administrativo acerca da requisição de nº001/2022, formalizado pela diretora administrativa da Câmara Municipal de Passa e Fica/RN, com vistas à contratação da empresa **Controle TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação - CNPJ 35.961.392/0001-30**, localizado na PC Dr. Luiz Amancio Ramalho, nº62, centro, CEP:59.218.000, Passa e Fica/RN, no exercício de 2022. A requisição relata a necessidade da contratação do objeto acima citado.

Formalizado o processo, foram os autos encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal, o qual foi encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que emitiu parecer favorável à realização da despesa. Ato contínuo, há necessidade de solicitar parecer jurídico no que corresponde a contratação da empresa **Controle TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação - CNPJ 35.961.392/0001-30**, conforme preceitua o parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

**II- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo poder público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.



Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo poder público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a administração pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação, é uma dessas modalidades, a contratação serviços de digitalização dos documentos para utilização da Câmara Municipal de Passa e Fica/RN, conforme o art.24, II, da lei nº 8.666/93.in verbis:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)**

Plasmado no art. 24, II, da Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações, sendo certo que a contratação da empresa **Controle TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação - CNPJ 35.961.392/0001-30**, pode perfeitamente se dar por dispensa de Licitação, salvo melhor juízo.

**III - CONCLUSÃO**

a) Diante do exposto sou de parecer favorável à contratação da empresa **Controle TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação - CNPJ 35.961.392/0001-30**, para contratação dos serviços de digitalização dos documentos para utilização da Câmara Municipal de Passa e Fica/RN, mediante dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

b) Encaminhem-se os autos ao gabinete do Presidente, para tomar as providências cabíveis que entender pertinentes junto à Comissão Permanente de Licitação.

Passa e Fica/RN, 17 de janeiro de 2022.

É o parecer, S.M.J.

**RAUNY NELO DA SILVA**  
Assessor Jurídico da Câmara Municipal  
OAB/PB 24.476